



A experiência de fundos comunitários e o Fundo Dema no fortalecimento da agroecologia na Amazônia.

The experience of community funds such as "Dema Fund" in strengthening agroecology in Amazonia

CRUZ, Beatriz¹; CARVALHO, Vânia², SILVA, Suelany³, CORREA, Simy

¹ Fundo Dema, beatriz@fase.org.br; ² Fundo Dema, vaniaregina@fase.org.br; ³ Fundo Dema, suelany@fase.org.br, Fundo Dema, simy@fase.org.br

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

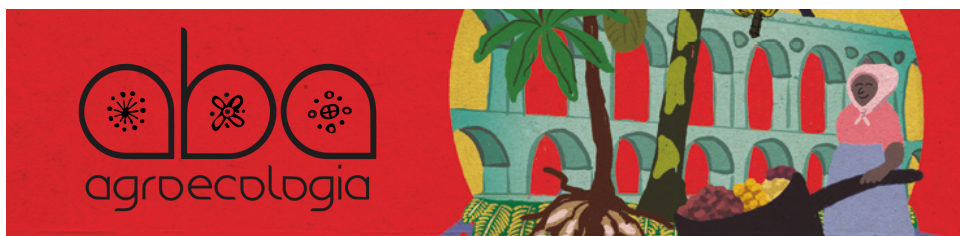
Resumo: Discutir o acesso democratizado a recursos e os mecanismos econômicos financeiros da política climática para mitigação e adaptação são fundamentais. E entender como os sujeitos e os mecanismos econômicos e políticos estão articulados trazem a compreensão da grande disputa na Amazônia hoje. Assim, esse estudo visa apresentar de forma comparativa como Fundos têm se apresentado como um mecanismo de acesso a recursos pelos sujeitos coletivos para que executem e alcancem resultados organizativo e de defesa de direitos socioterritoriais, sobretudo, na ausência de políticas públicas. Destacamos Fundo Dema como um fundo eminentemente popular, comunitário e que desde sua origem traz o protagonismo dos povos das florestas e de suas lutas populares.

Palavras-chave: fundos comunitários; mecanismo econômico-político; economia verde, educação popular.

Introdução

O apoio financeiro às iniciativas agroecológicas é um dos desafios permanentes do movimento social no Brasil e, em particular, na região amazônica. Com demanda constatada e crescente, a região possui especificidades que estruturam a formação socioambiental e econômica da região. Formada por uma diversidade ecológica e biocultural resultante da interação dos povos com suas práticas e saberes (coletar, pescar, caçar, praticar agricultura, habitar, proteger, curar, cozinhar, comer, conviver), a região possui registro de ocupação milenar.

Os registros mais antigos de presença da espécie humana na região datam de 19 mil anos com a formação cultural Chiribiquete na atual Amazônia colombiana e, no Brasil, no Sítio de Pedra Pintada, no município de Monte Alegre, há 11.200 anos (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTI, 2021). Essa constatação demonstra que a diversidade socioecológica encontrada na região não é um dado casual ou natural, mas o resultado de uma interação milenar entre a terra, as florestas, os rios e seus povos. Portanto, a produção de 40 a 70 toneladas de biomassa por hectare/ ano, quantidade maior do que em toda a região de clima



temperado do planeta, reflete a relação de cooperação, co-evolução e interdependência do meio ambiente e seus povos.

Porém, essa interação milenar é hegemonicamente negada e submetida a direções que subtraem o potencial produtivo e reprodutivo dos povos amazônicos. Segundo os autores do livro *Horizontes Amazônicos*, 2021:

O capitalismo, pela colonialidade que lhe é constitutiva, conseguiu transformar essa região – produzida por esse patrimônio de conhecimentos praticados/pensados a partir de diferentes línguas indígenas e enriquecidos pela diversidade de fazeres/saberes afro-amazônicos e camponeses, que diversificam ainda mais a ancestralidade amazônica – em um espaço vazio e atrasado. Tal transformação é operada pela representação da região como natureza inóspita, que precisa ser dominada e não cuidada, ou como natureza intocada, expressão máxima de um vazio, alegoria do massacre, pois ninguém sente falta do que foi legitimado como não existente. Ou ainda como região do futuro que, por ser promessa, não tem presente; o futuro nesse sentido se apresenta como ameaça, por atualizar a colonialidade que sempre marcou o território (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTI, 2021, p.15).

São as ofensivas existentes desde a colonização traduzidas pelos interesses do agronegócio, da mineração e do hidronegócio que encontram importantes suportes no estado, seja a partir de financiamento direto ou de forma indireta através de isenções, omissões e impunidades. O fato é que o nexo estado-finanças é fundamental para a sobrevivência e, sobretudo, para o avanço do chamado *consenso de commodities* (SVAMPA, 2013) e, que, na região amazônica, em conjunto com o *consenso da logística* (AGUIAR, 2021) reconfiguram, ou melhor, desfiguram, paisagens e relações construídas historicamente.

Nesse contexto, a demanda por políticas públicas condizentes com a realidade e demandas dos povos da Amazônia segue sendo o lugar de reivindicação dos movimentos sociais. Porém, no âmbito das organizações não governamentais também estão importantes oportunidades de captação de recursos que são atravessados pelos interesses antagônicos aqui postos, ou seja estruturalmente perpassados ou pela lógica do acesso aos territórios para a manutenção do modelo hegemônico ou para o fortalecimento organizativo de iniciativas populares e agroecológicas.

Na última década há um *boom* de fundos não governamentais com o intuito de apoiar povos e comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, agroextrativistas para desenvolverem ações voltadas a agricultura de baixo carbono entre outros adjetivos.

O carbono tem sido a “nova” mercadoria fictícia combinada aos discursos de negócios sustentáveis e responsabilidade social das estratégias empresariais emergentes.

Nesse contexto, o Fundo Dema se apresenta como Fundo de justiça climática e ambiental que tem origem da demanda dos povos da floresta com o objetivo de reparação e democratização do acesso a recursos por meio do apoio a projetos coletivos e comunitários. E, tendo a educação popular e de seu sistema de governança com gestão pelos povos da floresta sua conformação e seu fazer, o Fundo Dema estabelece-se como aliado das múltiplas perspectivas de fortalecimento e aparelhamento popular de seus sujeitos.



O objetivo deste trabalho é apresentar a diferença do Fundo Dema no contexto dos Fundos não governamentais e seus resultados ao longo de 20 anos de atuação na região amazônica.

Metodologia

O Fundo Dema, fundado em 2003, nasce das lutas socioambientais contra o desmatamento na região da Transamazônica-Xingu, mais conhecida como Terra do Meio. Os movimentos sociais denunciaram o esquema de aquisição de madeira pelos madeireiros. O esquema consistia na compra de madeira apreendida em operações do IBAMA a partir de leilões judiciais/administrativos. Esse esquema proporcionava aos madeireiros acessarem madeira retirada ilegalmente e colocarem no mercado de forma legalizada a partir dos leilões. E após o entendimento deste esquema pelos movimentos sociais e a formulação de várias denúncias, houve uma grande operação que apreendeu mais de 5 mil toras de mogno. Após essa apreensão, houve um diálogo com o Ministério Público Federal, com Ministério do Meio Ambiente e os movimentos sociais que solicitaram que o leilão não ocorresse localmente, que a madeira fosse leiloada semi-beneficiada para que gerasse valor agregado e que os valores fossem revertidos para criação de um fundo que apoiaria projetos coletivos e comunitários na região.

Assim, a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, organização fundada em 1961, sediada no Rio de Janeiro, que tem como missão a contribuição para a construção democrática da sociedade em favor de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, foi indicada para fazer a gestão desse fundo que traz no seu nome DEMA em homenagem a esta liderança homônima, assassinada pela sua atuação em defesa da floresta e dos direitos socioterritoriais.

Desde então, o Fundo Dema veio se constituindo com base nos seguintes objetivos estratégicos de ação: 1. Agroecologia, segurança alimentar e nutricional; 2. Justiça ambiental e climática; 3. Autonomia política e econômica das mulheres; e 4. Comunicação popular. Apoiar projetos coletivos desenvolvidos por associações e cooperativas de agricultores familiares, agroextrativistas, povos indígenas, comunidades quilombolas e organizações de mulheres.

O Fundo Dema tem um sistema de governança diferenciado. A personalidade jurídica do Fundo é assumida pela FASE. No entanto, sua gestão, tomada de decisão, planejamento é realizada por um colegiado de organizações e movimentos sociais que estão na base de atuação do Fundo. O comitê gestor geral é formado por representantes da FASE/Fundo Dema, do coletivo de organizações sociais que o compõem, localizadas nas respectivas regiões de atuação (Transamazônica, BR 163 e Baixo Amazonas) e por representantes da Malungu. Além do Comitê Gestor Geral, existem os comitês específicos dos Fundos que o integram: Fundo Quilombola – Mizizi Dudu, Fundo Indígena do Xingu e Fundo de Mulheres - Luzia Dorothy do Espírito Santo.

Para os resultados obtidos aqui apresentados houve pesquisa de referencial bibliográfico sobre os estudos críticos da Amazônia, estudo sobre os Fundos não governamentais e no Banco de Dados do Fundo Dema. Este último, é alimentado



pela equipe executiva do Fundo e possui registro sistematizado dos projetos apoiados, indicadores mensurados e informações gerais do Fundo.

Resultados e Discussão

Os Fundos de apoio aos povos da Amazônia avançaram nos últimos 10 anos como tendência da filantropia socioambiental, cujos povos e comunidades tradicionais têm sido comumente o público alvo

Figura 01: Quadro comparativo de Fundos

	Fundo Juruti	Fundo Paíter - Suruí	Fundo Kayapó	Fundo Dema (quilombola)
Origem do recurso (atividade que gerou recurso inicial)	Mineração privado	Crédito carbono privado	Crédito carbono público e doação de ONG internacional	Doação Ibama + Fundação Ford + Fundo Amazônia (via projetos)
Beneficiários Pessoas recebendo recursos diretamente ou público-alvo de projeto	Município de Juruti e entorno	Povo Paíter-Suruí	Cinco comunidades indígenas Kayapó	Comunidades quilombolas do Pará
Plano de gestão Ou plano de vida, vinculado ao fundo	Sim	Sim	Não	Não
Componente público Como fonte de recurso, como gestor ou ordenado	Não	Não	Forte (BNDES)	Mediano (BNDES)
Doadores Doadores múltiplos ou únicos, que exigem exclusividade ou permitem outras arrecadações para o mesmo fundo	Único	Múltiplos	Múltiplos, mas exclusivos	Múltiplos
Participação do Funbio	Sim (inicialmente)	Sim	Sim	Não
Gestor atual Instituição responsável pela gestão financeira e administrativa do fundo	Local	Funbio	Funbio	Fase
Órgão consultivo Grupo amplo, representa os beneficiários e participa do planejamento	Tripartite (prefeitura, empresas locais, sociedade civil)	Indígena local, mas centralizado	Não há	40 participantes que representam organizações comunitárias e movimentos sociais
Órgão deliberativo Grupo restrito, delibera sobre a execução do fundo baseado no plano de gestão	Tripartite (Prefeitura, empresas locais, sociedade civil) - com grupo restrito	Indígena local, mas centralizado	Doadores + Funbio	Conselheiros regionais da Malungu
Participação do(s) doador(es)	Membro dos conselhos deliberativo e consultivo	Não há	Dominante na deliberação	Exigências via projetos (BNDES)
Instituição própria - CNPJ	Sim	Não	Não	Não



Direito de objeção do doador	Sim, pontual	Não	Sim, absoluto	Apenas BNDES
Valores dos projetos	10 a 50 mil	10 a 50 mil	600 mil	20 a 30 mil
Nível de participação dos beneficiários na tomada de decisão	Sim, com reservas	Sim, via representação	Não	Sim, via representação
Tipo de fundo	Semi-patrimonial	Semi-patrimonial	Patrimonial com exceções	Patrimonial + projetos

Fonte: Territórios Quilombolas no Pará, 2023, p.13

Essa tendência tem caminhado de forma associada ao avanço da chamada economia verde, a qual se aporta no pagamento de serviços ambientais, à exemplo do crédito de carbono, como ativo ambiental, possibilitando que entes públicos ou privados possam compensar suas emissões de gases de efeito estufa. O Brasil ainda não possui nenhuma regulação em vigor sobre o mercado de carbono, portanto, a ausência de marcos legais para a proteção dos direitos territoriais e da consulta, livre, prévia e informada deixa nas mãos dos entes privados a iniciativa voluntária de mitigar sem regulação. Dessa forma, as empresas acionam mecanismos de compensação como forma de manutenção e/ou ampliação dos seus padrões de poluição e emissão de gases de efeito estufa.

Vejamos acima um quadro comparativo retirado da publicação *“Territórios Quilombolas no Pará – Plano de Gestão e Instrumentos Financeiros: um modelo de governança para o desenvolvimento”*. Segundo a descrição da cartilha: *“O programa territórios sustentáveis tem o objetivo de contribuir para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Oriximiná, Faro e Terra Santa, municípios do oeste do Pará. Iniciado em 2015, é estruturado para durar 15 anos e realizado pelas organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) agenda pública, Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e Instituto do Homem*

e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Conta atualmente com a parceria e apoio financeiro da Mineração Rio do Norte (MRN).”

No quadro acima, ressaltamos duas diferenças do Fundo Dema para os demais Fundos: i) A origem do recurso; ii) Órgão consultivo. Diferente do Fundo Juruti, Paiter Suruí e Fundo Kayapó, o Fundo Dema não tem origem vinculada a empresa de mineração ou a crédito de carbono, tendo seu recurso de origem ligado a órgãos governamentais e a cooperação internacional, bem como seu comitê de gestão de natureza consultiva e deliberativa, composto única e exclusivamente por membros da sociedade civil organizada, não incluindo entidades governamentais e empresariais.

Nesse sentido, o Fundo Dema se diferencia deste campo de Fundos ao mesmo tempo em que demonstra que as ações em curso em defesa da terra, dos territórios, dos modos vida, do fortalecimento das iniciativas agroecológicas são estratégias concretas de enfrentamento às mudanças climáticas.

Para reverter o estado atual de aceleração do aquecimento global é necessário envolver o protagonismo dos povos que primam pela defesa dos bens comuns e têm a sociobiodiversidade como princípio central para a construção de alternativas viáveis ao modelo de mercantilização da natureza em curso.

Ao longo de 20 anos, o Fundo Dema já apoiou 621 projetos através de 24 editais e 8 chamadas públicas. São 113.323 pessoas diretamente beneficiadas em 23.-431



famílias. São R\$ 12.245.207,92 repassados aos projetos. São dezenas de viveiros de mudas, milhares de árvores plantadas, áreas reflorestadas, nascentes de rios recuperadas, agroindústrias fortalecidas, cooperativas equipadas, agroflorestas e quintais agroecológicos enriquecidos, meliponários construídos, processos formativos realizados.

Cada edital executado carrega consigo a realização de seminários e intercâmbios temáticos em que as organizações apoiadas tecem redes entre si de articulação política e social frente aos desafios impostos pelo capital mineral, agrário, hídrico e verde e suas diversas faces e disfarces.

Portanto, o Fundo Dema e suas redes de apoio a projetos fortalecem as iniciativas agroecológicas e as lutas pelas necessárias políticas estruturais capazes de transformar a realidade com base em sistemas produtivos sociobiodiversos e, para isso, a democratização do acesso a recursos que apoiem a defesa dos bens comuns, da terra e território são pré-condição para que os povos continuem, fortaleçam e ampliem as alternativas em curso para a redução de gases de efeito estufa.

Conclusões

Para colaborarmos na construção de autonomia, soberania e protagonismo dos povos das florestas amazônicas, faz-se necessário que as soluções e caminhos sejam construídos e propostos por esses sujeitos, por meio de seus instrumentos econômicos e políticos.

Assim, ao longo de 20 anos, o Fundo Dema tem construído uma trajetória de apoio a projetos coletivos e comunitários na região amazônica e se diferenciado na sua condução política, na governança, na fonte de recursos recebidos e no seu alicerce vinculado a educação popular.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Diana. Dossiê Crítico da Logística da Soja: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021.

GOMES, Bruno. Territórios Quilombolas no Pará – Plano de Gestão e Instrumentos Financeiros: um modelo de governança para o desenvolvimento. Pará, 2018.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. Horizontes amazônicos: para repensar a Amazônia e o mundo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021

SVAMPA, Maristela. “Consenso de las commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad, n. 244, mar./abr. 2013. Tema central. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 14 jul. 2020.